

# Crescimento econômico? Só regredimos.

"O Brasil está afundando. Lentamente, como convém a um grande gigante ferido", afirmou ontem em São Paulo o economista Paulo Guedes, vice-presidente do IBMEC (Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais), em seminário sobre política econômica que coordenou ao lado dos professores João Luiz Mascolo, Francisco de Assis Moura de Mello e Thomas Lehwing.

Guedes mostrou que a redução do crescimento econômico brasileiro é progressiva, saindo dos 7% anuais que constituíam a taxa histórica e decrescendo para 5% nos últimos 20 anos e para 3% na última década. Este ano, o País terá um crescimento da ordem de 3% e o ritmo será bem menor em 1988, previu. Numa comparação histórica para evidenciar a diferença entre o momento atual e a situação de duas décadas atrás, recordou que em 1964 a recessão era medida pelos resultados de Campos e Bulhões no Planejamento e Fazenda: evolução positiva de 2,7% no produto industrial. Hoje, adverte, a recessão é medida por um decréscimo de 3,5% na indústria. O mesmo raciocínio vale para a euforia: ela produziu, no início da década passada, crescimentos do PIB de 14% ao ano, mas agora euforia corresponde a um crescimento de 8% ao ano, como ocorreu em 1985 e 1986, gerando os desequilíbrios que se apresentam dramaticamente neste momento.

O vice-presidente do IBMEC criticou severamente o aumento da carga tributária pretendido pela Fazenda, enfatizando que "isto corresponde a dar bala para um modelo falido". Esse modelo, explica, baseia-se na concentração de poderes e recursos no governo federal — ao contrário da descentralização que promoveria um aumento da importância de Estados e municípios cujos executivos dispõem hoje de muito mais legitimidade, na medida dos milhares de votos que receberam.

## Sem estratégia

"O País não tem uma estratégia. Não tem um programa para romper com o passado. A abertura política ainda não frutificou", disse Guedes, que propõe uma mudança profunda no País a partir de alguns elementos básicos de ação governamental: 1) corte dramático dos gastos públicos; 2) demissão de pessoal; 3) supressão de autarquias que são "focos de negócios escusos"; 4) eliminação de subsídios e incentivos; 5) paralisação de investimentos (como a Norte-Sul e Angra II e III); 6) vigoroso programa de privatização; 7) definição de um Banco Central independente (o presidente não pode ser indicado pelo ministro da Fazenda nem ter mandato coincidente mas de longo prazo, por exemplo oito anos); 8) maior abertura para o capital estrangeiro; 9) regime de câmbio livre depois de obtida moeda estável com o BC de fato independente; 10) renegociação da dívida externa.

Como amortecedores sociais, Guedes propõe ativa política de exportações (o superávit evitou maior recessão este semestre, afirmou), maiores gastos por Estados e municípios com os recursos não entregues às estatais fechadas, habitação popular para as faixas de elevada carência e descentralização.